Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

CARGO 6: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Prova Discursiva – Questão 1

Aplicação: 30/06/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Preliminar: competência do CNJ

(*i*) Preliminarmente, cumpre atestar a competência do CNJ para o caso. Conforme disposto no art. 103-B da Constituição Federal de 1988 (CF), foi-lhe a atribuída a missão constitucional de zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura (LOMAN).

(*ii*) Ademais, a questão ultrapassa o interesse subjetivo da parte, haja vista a relevância institucional da matéria, sua repercussão social e seus impactos para o sistema de justiça (CNJ – PCA – Procedimento de Controle Administrativo – 0000804-17.2008.2.00.0000. Relator: Jorge Antonio Maurique, 69.ª Sessão Ordinária, julgado em 10/09/2008, DJe de 26/9/2008, p. 1-7).

Incompatibilidade da norma regimental com a CF e a LOMAN

(*iii*) Cumpre ressaltar que a autonomia administrativa e o poder de autogoverno conferidos pela CF aos tribunais estaduais não podem exorbitar aquilo que está disposto na própria CF e na LOMAN, sendo de iniciativa privativa do Superior Tribunal Federal (STF) leis que versem sobre a LOMAN.

(*iv*) Conforme previsto na LOMAN (art.102), é vedada a reeleição para os cargos de direção nos tribunais.

(*v*) Conforme a jurisprudência do STF (ADI 3.976 e MS 32.451), não foi recepcionada pela CF a parte da LOMAN (art. 102) que restringiu aos desembargadores mais antigos a possibilidade de concorrer aos cargos diretivos das cortes.

Parte dispositiva

Ante o exposto, (*vi*) considerando a prerrogativa conferida ao CNJ, em seu Regimento Interno, de afastar norma que veicule matéria tida por inconstitucional pelo STF e que tenha sido utilizada como base para a edição de ato administrativo (MS 28.494, relator min. Luiz Fux; art. 4.º, § 3.º, RI do CNJ; e pedido de providências 0007779-98.2021.2.00.0000), (*vii*) o pedido de Maria deve ser julgado procedente para afastar a norma regimental questionada, (*viii*) a fim de permitir a participação de Maria no pleito e (*ix*) vedar a reeleição nos cargos de direção.

É o voto.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1

Conceito 0 – Não estruturou o texto no formato de voto.
Conceito 1 – Estruturou o texto parcialmente no formato de voto.
Conceito 2 – Estruturou o texto adequadamente no formato de voto.

QUESITO 2.2

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos (*i*) e (*ii*) destacados no padrão de resposta, ou o fez de forma equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos mencionados.
Conceito 2 – Abordou corretamente os dois aspectos mencionados.

QUESITO 2.3

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos (*iii*), (*iv*) e (*v*) destacados no padrão de resposta, ou o fez de forma equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos mencionados.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos mencionados.
Conceito 3 – Abordou corretamente os três aspectos mencionados.

QUESITO 2.4

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos (*vi*), (*vii*), (*viii*) e (*ix*) destacados no padrão de resposta, ou o fez de forma equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos mencionados.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos mencionados.
Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos mencionados.
Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos mencionados.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

CARGO 6: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: JUDICIÁRIA

Prova Discursiva – Questão 2

Aplicação: 30/06/2024

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento do MS n.º 25.962, decidiu que, em se tratando de mandado de segurança impetrado contra ato do CNJ, à luz do disposto no art. 7.º, II, da Lei n.º 12.016/2009, (*a*) há necessidade de notificação do órgão de representação judicial da União, no caso, a Advocacia-Geral da União (AGU), porque, (*b*) tratando-se de órgãos não personificados, como o CNJ, é a União que sofre, juridicamente, a repercussão derivada de decisões judiciais proferidas em processos nos quais figure aquele órgão na condição de autoridade coatora (CNJ).

Conforme entendimento pacífico do STF, como regra geral, o controle dos atos do CNJ pelo STF é excepcional e somente se justifica nas hipóteses de deliberações de cunho constitutivo/modificativo que "impliquem (*c*) inobservância do devido processo legal; (*d*) exorbitância das competências do Conselho; e (*e*) injuridicidade ou manifesta irrazoabilidade do ato impugnado" (MS n.º 33.690 AgR, rel. min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 18/2/2016; RMS n.º 27.934 AgR, rel. min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe de 3/8/2015; RMS n.º 33.911, rel. min. Cármen Lúcia, Segunda Turma, DJe de 20/6/2016; RMS n.º 24.347, rel. min. Maurício Corrêa, Segunda Turma, DJ de 4/4/2003).

A jurisprudência do STF é firme no sentido de que (*f*) as deliberações negativas do CNJ não estão sujeitas à (re)análise do STF por meio de mandado de segurança, (*g*) ante a necessidade da correta definição da autoridade que praticou o ato apontado como coator, uma vez que, se a decisão do CNJ não modifica o quanto decidido, remanesce o ato inferior anterior e, portanto, a autoridade coatora original, a qual não atrai a competência do STF. Além disso, vale o entendimento de que (*h*) não cabe ao STF o papel de instância revisora de atos administrativos de tribunais locais ou de qualquer outro órgão do Poder Judiciário submetido a controle do conselho.

QUESITOS AVALIADOS

QUESITO 2.1
Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos (*a*) e (*b*) destacados no padrão de resposta, ou o fez de maneira totalmente equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos (*a*) ou (*b*) destacados no padrão de resposta.
Conceito 2 – Abordou corretamente os aspectos (*a*) e (*b*) destacados no padrão de resposta.

QUESITO 2.2
Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos (*c*), (*d*) e (*e*) destacados no padrão de resposta, ou o fez de maneira totalmente equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos citados.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos citados.
Conceito 3 – Abordou corretamente os três aspectos citados.

QUESITO 2.3
Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos (*f*), (*g*) e (*h*) destacados no padrão de resposta, ou o fez de maneira totalmente equivocada.
Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos citados.
Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos citados.
Conceito 3 – Abordou corretamente os três aspectos citados.